

RECEB GM/MJ  
02/08/96.2  
81  
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700  
l-oo  
da

9.140 de 04/12/1.995)  
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

# Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO  
DA DE BELEM, 108  
Jurídica em nome  
ERIO LONGMAN  
Esposas  
ERGIO LONGMAN  
e substituído  
FATIMA VIEIRA  
e substituído

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Distrito, Ener...  
Estado Pernambuco  
Pessoas Naturais  
NASCIMENTO  
uma Zona Judiciária, em virt  
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica  
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:  
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420  
70064-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260  
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

#### Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007  
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

só deu entrada no necrotério às 17:00 horas do dia 25/09/1969 e foi retirado pela família no dia seguinte, para ser enterrado no cemitério de São Miguel Arcanjo.

Relatório encontrado nos arquivos do DOPS-SP, datado de 09/11/1969 e assinado pelo delegado Ivair Freitas Garcia, descreve o esquema policial montado para matar Carlos Marighella cinco dias antes, pede a promoção de policiais que participaram da operação e faz referência a outras prisões efetuadas, bem como à morte de Luiz Fogaça Balboni, informando que teria ocorrido no Hospital das Clínicas, após ser baleado entre 18 e 18:30 horas na Alameda Campinas.

Na verdade, Luiz Fogaça foi ferido por volta das 15 horas, conforme depoimento prestado por Manoel Cyrillo de Oliveira Neto. Ambos foram surpreendidos pelo cerco policial quando tentavam retirar um veículo que haviam estacionado na área. Manoel conseguiu fugir do cerco montado e relata que, durante a fuga, ouviu Fogaça chamar seu nome. Tinha a camiseta manchada de sangue na altura do peito. Continuava a correr, mas em passo lento. Tentou socorrê-lo, mas em seguida Luiz caiu na calçada.

Buscando melhor documentar os fatos, o relator do processo na CEMDP oficiou ao diretor do Hospital das Clínicas solicitando informações sobre "o horário em que Luiz Fogaça Balboni deu entrada no hospital, causa da morte, laudos etc". Não tendo a resposta deixado claro o horário de entrada no hospital, foi refeita a solicitação e se obteve, finalmente, a confirmação de que "foi atendido no Pronto Socorro deste Hospital às 18h33min do dia 24.09.1969, quando foi internado, vindo a falecer às 1h30min do dia 25/09/69".

Provado ficou, portanto, que, apesar de preso com ferimento grave, Luiz Fogaça Balboni permaneceu em poder dos agentes do DOPS por pelo menos três horas, antes de ser encaminhado para o devido socorro médico.



### **VIRGÍLIO GOMES DA SILVA (1933-1969)**

Número do processo: 065/96

Filiação: Izabel Gomes da Silva e Sebastião Gomes da Silva

Data e local de nascimento: 15/08/1933, Santa Cruz (RN)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 29/09/1969 em São Paulo

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido no Rio Grande do Norte e dirigente da ALN em São Paulo, seu nome integrou a lista de 136 desaparecidos do Anexo à Lei nº 9.140/95. Ainda criança, deslocou-se com sua família para o Pará, onde o pai trabalhou na extração de borracha, em Fordlândia. Aos 11 anos, retornou à terra natal em 1945, com sua mãe e irmãos, decidindo mudar-se sozinho para São Paulo em 1951, na busca de sobrevivência e apoio à família. Nos primeiros tempos na capital paulista, chegou a dormir em bancos de jardim no Largo da Concórdia.

Operário da Nitroquímica, importante indústria do Grupo Votorantim em São Miguel Paulista, zona leste da cidade, filiou-se ao PCB em 1957, tornou-se membro da diretoria do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, e liderou uma forte mobilização grevista naquela empresa em 1963. Foi preso em 1964, permanecendo detido por quatro meses. Perseguido pela sua militância, não conseguia ser readmitido nas fábricas. Próximo a Carlos Marighella, acompanhou esse dirigente comunista no rompimento com o PCB em 1967, sendo enviado a Cuba para treinamento de guerrilha, segundo várias anotações constantes de sua biografia. Com o nome de guerra Jonas, dirigiu o Grupo Tático Armado da ALN e era acusado pelos órgãos de segurança de participação em ações armadas que resultaram em mortes.

Foi preso no dia 29/09/1969, na Avenida Duque de Caxias, em São Paulo, por agentes da OBAN, poucas semanas após ter comandado, no Rio de Janeiro, o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, operação guerrilheira que representou forte derrota para o regime militar, levando-o a desencadear violenta escalada repressiva em resposta. No dia anterior, fora preso seu irmão, Francisco Gomes da Silva. No mesmo dia 29, a polícia também deteve, num sítio em São Sebastião, litoral paulista, sua mulher Ilda e três de seus quatro filhos:

Wladimir, com 8 anos, Virgílio, com 7, e Maria Isabel, um bebê de quatro meses. Gregório, que tinha dois anos, não foi levado por não estar na casa. Ilda permaneceu presa por nove meses, sendo que incomunicável, sem qualquer notícia dos filhos durante a metade desse tempo. Depois da OBAN, foi levada para o DOPS e, por último, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas por dois meses ao Juizado de Menores, onde a menina sofreu grave desidratação.

Virgílio chegou à OBAN encapuzado, por volta de 10:30, e morreu 12 horas depois. Francisco, o irmão, foi informado da morte pelo capitão Albernaz. O preso político Celso Antunes Horta viu o corpo na cela. Outros presos políticos foram informados da morte de Virgílio. Mas a informação oficial dos órgãos de segurança a partir desse dia foi sempre no sentido de que Virgílio estava foragido.

A denúncia de seu assassinato foi feita em depoimentos na Justiça Militar e em documentos elaborados pelos presos políticos. Segundo eles, Virgílio morreu nas mãos de torturadores liderados pelo major Inocêncio F. de Matos Beltrão e pelo Major Valdir Coelho, chefes da OBAN. Participaram também os capitães Benone Arruda Albernaz, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero César Machado – capitão conhecido como “Tomás”, da PM-SP – delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., sargento da PM Paulo Bordini, agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo “Lungaretti”, Paulo Rosa, vulgo “Paulo Bexiga” e um agente da Polícia Federal conhecido como “Américo”.

Na busca de esclarecimento, os familiares foram reunindo, ano a ano, cada uma das informações que terminaram comprovando as verdadeiras circunstâncias de sua morte. Nos arquivos do DOPS/PR, seu nome constava de uma gaveta de “falecidos”. No encaminhamento nº 261 do SNI, de 31/10/1969, lê-se: “*Virgílio Gomes da Silva - 'Jonas', falecido por resistir à prisão*”. Em sua ficha nos arquivos do DOPS/SP está escrito, à máquina, ao lado do seu nome, entre parênteses: “morto”. Um relatório da Marinha, de 1993, solicitado pelo ministro Maurício Corrêa, reconhece a morte, mas com falsa versão: “*morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir à bala quando de sua prisão em um aparelho*”.

Novas informações surgiram com a abertura da Vala de Perus, em 1990 e o acesso aos arquivos do IML/SP. A Comissão de Familiares tentou resgatar, no Cemitério de Vila Formosa, o corpo enterrado através da requisição de exame identificada com o nº 4059/69. Tratava-se do corpo de um desconhecido enterrado como indigente na data do desaparecimento de Virgílio, com suposta procedência da 36ª DP – sede da OBAN. As buscas foram infrutíferas, por não existir um mapa das quadras na época por ter sido plantado um bosque no local.

Somente em 2004 a verdade sobre o destino de Virgílio foi confirmada por documentos oficiais. O jornalista Mário Magalhães, ao pesquisar o arquivo do DOPS, localizou o laudo e a foto do corpo de Virgílio. Enterrado como desconhecido sob o nº 4059/69, anteriormente pesquisado, o corpo fora identificado.

O laudo assinado por Roberto A. Magalhães e Paulo A. de Queiroz Rocha descreve escoriações em todo o rosto, braços, joelhos, punho direito e ainda equimoses no tórax e abdômen, hematomas intensos na mão direita e na polpa escrotal. Internamente registraram hematoma intenso e extenso na calota craniana, fratura completa com afundamento do osso frontal, hematomas em toda a superfície do encéfalo, hematoma intenso no tecido subcutâneo e muscular da sétima à décima-primeira costelas esquerdas, fratura completa da oitava, nona e décima costelas direitas. A morte, que concluem ter sido em consequência de traumatismo crânio-encefálico, causado por instrumento contundente, não teria sido causada por tortura, como fizeram questão de registrar os legistas, interessados em homologar a versão oficial dos órgãos de segurança.

A identificação foi feita através das digitais. O texto é assinado pelo delegado Emilio Mattar e pelo agente Gilberto da Cruz, da Divisão de Identificação Civil e Criminal da Secretaria de Segurança Pública, sendo que o delegado Mattar era o diretor do órgão que identificou o cadáver desconhecido como sendo o de Virgílio. Junto aos documentos, um bilhete escrito à mão arbitra o desaparecimento: *Não deve ser informado*.